

Luiz Henrique e Cardoso Alves na CPI sobre o índio

ANC p2

# CPI vai apurar as denúncias contra Cimi

ESTADO DE SÃO PAULO

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Foi instalada ontem a comissão parlamentar de inquérito que vai apurar as denúncias do Estado, de uma conspiração internacional por restrições à soberania do Brasil na região amazônica. A CPI já escolheu quem será o primeiro a prestar depoimento: o diretor-responsável do jornal, Julio de Mesquita Neto, na próxima reunião dos parlamentares, no dia 10.

Idealizador da CPI, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) foi eleito presidente, e Ricardo Fiúza (PFL-PE), vice-presidente, em indicação feita por consenso. Da mesma forma, após consulta ao plenário, Cardoso Alves indicou o senador Roman Tito (PMDB-MG) para relator.

A convocação de Julio de Mesquita Neto foi proposta pelo deputado paulista, que inicialmente havia pensado em convocar o autor ou os autores das reportagens do Estado. Diante da ponderação do senador Severo Gomes (PMDB-SP) de que as matérias não estavam assinadas e, portanto, a responsabilidade seria da direção do jornal, Cardoso Alves optou pela convocação do diretor-responsável. Por sugestão de Severo Gomes deverão também depor os presidentes da CNBB e do Cimi, um representante do Conselho Mundial de Igrejas e Mauro Nogueira, que, de

acordo com o senador, "deu lastro às denúncias". É certo ainda que um representante do Conselho de Segurança Nacional seja convocado.

Com a presença de dez dos 18 integrantes do CPI, imediatamente após serem eleitos Cardoso Alves e Ricardo Fiúza prometeram seguir "na busca da verdade". O relator Roman Tito prometeu "o máximo empenho, sem emocionalismos".

Assim que instalada, a CPI decidiu por unanimidade aceitar a proposta do deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) de solicitar ao presidente do Congresso a ampliação do número de seus integrantes de 18 para 22. Assim, pequenos partidos não atingidos pelo critério da proporcionalidade poderão participar. Deferido o pedido, a CPI contaria com a representação do PT, do PCB, do PC do B e do PL.

Outra sugestão de Lysâneas foi acatada: todos os integrantes da CPI deverão visitar a região habitada pelos índios Ianomânis, que, segundo o parlamentar do Rio de Janeiro, estariam sendo dizimados por doenças. A visita deverá ocorrer nos dias 11 e 12, após entendimentos com a Força Aérea Brasileira e com a Funai.

As conclusões da CPI sobre as denúncias do Estado deverão ser publicadas em 180 dias, prorrogáveis pela possibilidade de recesso parlamentar.